

Copyright (c) 2020 Patricia Leme de Oliveira Borba, Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi, Beatriz Prado Pereira, Gabriela Pereira Vasters, Ricardo Lopes Correia, Rafael Garcia Barreiro



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

O preprint foi submetido para publicação em um periódico.

REFERÊNCIA

BORBA, Patricia Leme de Oliveira et al. Desafios 'práticos e reflexivos' para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. **SciELO Preprints**, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.790>. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/790>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ARTIGO DE REFLEXÃO/ENSAIO

Este artigo está em avaliação por pares e foi aprovado pela editoria do Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional para a sua submissão no Preprint da Scielo. O periódico está indexado na base Scielo.

Desafios ‘práticos e reflexivos’ para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia

‘Practical and reflective’ challenges for occupational therapy’s undergraduation courses in pandemic times

Patrícia Leme de Oliveira Borba

Departamento de Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Baixada Santista/SP, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2286-2758>

Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi.

Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6258-7180>

Beatriz Prado Pereira.

Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8624-7615>

Gabriela Pereira Vasters.

Departamento de Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Baixada Santista/SP, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2077-5834>

Ricardo Lopes Correia.

Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3108-2224>

Rafael Garcia Barreiro.

Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade de Brasília (UnB), Ceilândia, DF, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6699-2386>

Autor para correspondência: Ricardo Lopes Correia. E-mail: toobiis@gmail.com

Contribuição dos autores: Todos os autores contribuíram na idealização, redação e revisão final do texto, aprovando sua versão final.

Resumo:

A pandemia de COVID-19 tem provocado a adoção de medidas que ocasionam a mudança na rotina e na organização do trabalho das universidades. Os ambientes virtuais vêm se apresentando como vetores para os cursos de graduação durante o enfrentamento da pandemia, sendo necessário produzir reflexões para este novo contexto. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO, Brasil, atenta as questões implicadas com a formação e produção de conhecimento da área, vem buscando junto aos pares maneiras de realizar uma leitura complexa da realidade e, a partir desta, criar e implementar estratégias que deem conta de atender as demandas impostas, respeitando as regionalidades em que os cursos de graduação estão inseridos. Assim, a partir de um levantamento realizado junto às coordenações de cursos de graduação em Terapia Ocupacional, a fim de compreender como os cursos de graduação têm aderido ou não à oferta de ensino por meio de plataformas digitais, o presente trabalho pretende refletir acerca das tomadas de decisões pedagógicas, éticas e políticas no âmbito das diversas atividades acadêmicas, não apenas no contexto do enfrentamento da pandemia, como também nas projeções da nova realidade imposta por esta problemática. Contudo, observa-se ainda um cenário um tanto desarticulado na área, entre instituições significativamente diferentes, públicas e privadas.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Ensino, Pesquisa, COVID-19.

Abstract:

The COVID-19 pandemic has conducted to the adoption of measures that bring about changes in the routine and organization of work in universities. The virtual environments have been considered as vectors for undergraduate courses during pandemic addressing, and it's necessary to produce reflection for this new context. The *Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional* – RENETO (Brazilian Occupational Therapy Education and Research Association), Brazil, attentive to the issues involved in the formation and production of knowledge in the field, has been searching with peers for ways to carry out a complex reading of reality and, from this, create and implement strategies to be able to deal with the demands imposed, respecting the regionalities in which the undergraduate courses are running on. Thus, based on a survey carried out with the coordinators of Occupational Therapy courses, which aimed to understand how the undergraduate courses have adhered or not to teaching through digital platforms, this paper intends to reflect on decision making about pedagogical, ethical and political dimensions in the scope of academic activities not only in the context of pandemic, but also considering the projections of the new reality imposed by the pandemic. However, there is still a somewhat disjointed scenario in the area and realities significantly different, between public and private institutions.

Keywords: Occupational Therapy, Teaching, Research, COVID-19

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia em todo o mundo em 11 de março de 2020, devido à crescente incidência de contágio pelo SARS-CoV-2. Desta forma, no Brasil seguiram-se orientações por parte de diversos governadores para o distanciamento social, como medida para desacelerar o contágio e, por consequência, não colapsar o sistema de saúde. Essas orientações foram pautadas nos organismos internacionais e em estudos científicos produzidos a partir das experiências de países como China e Itália.

Os impactos econômicos e sociais que a COVID-19 vêm causando à comunidade mundial são concretos, de modo que medidas econômicas e políticas sociais têm buscado garantir o atendimento à saúde e a outros direitos sociais necessários para o enfrentamento da situação vigente. No Brasil, algumas medidas estão sendo tomadas nessas frentes, porém, o governo federal brasileiro sustenta, junto a aliados políticos e representantes dos setores privados, um caminho que tem procurado favorecer os interesses econômicos, dado que a projeção mundial para o cenário pós-pandemia é de retração dos mercados e desaceleração da economia mundial (Lichotti, 2020). Ademais, representantes do governo e políticos vêm se utilizando dos meios digitais para propagação de mensagens contrárias às recomendações de organismos internacionais, como no caso em que a plataforma digital *Instagram* retirou do ar uma postagem do presidente da República relacionada à mortalidade no Brasil por COVID-19, classificada como *fake news* (Soares, 2020).

De início, a suspensão de aulas e atividades presenciais, sobretudo do ensino de graduação nas universidades públicas, movimentaram nos contextos acadêmicos o indicativo de uso dos ambientes virtuais como alternativa para continuidade das atividades letivas. Essa alternativa foi endossada pelo Ministério da Educação (MEC), que emitiu a portaria nº343, de 17 de março de 2020, recomendando para o Ensino Superior a substituição de disciplinas presenciais em andamento por sua oferta na modalidade *online*, por meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus (Brasil, 2020).

Ainda que tenha sido pautada às Instituições de Ensino Superior (IES) a tarefa de avaliar a possibilidade de implementação dos conteúdos curriculares por meio de ambientes virtuais e ferramentas tecnológicas, os desafios que de imediato se apresentaram aos cursos evidenciaram a não familiarização da comunidade acadêmica com os recursos disponíveis nos ambientes virtuais, a reorganização de pesquisas e projetos em andamento - que atendam a novas especificidades do contexto de crise sanitária, econômica e humanitária - e as diferentes condições socioeconômicas de estudantes que expressam acentuadamente a desigualdade de acessos a recursos tecnológicos e *internet* de qualidade, mas também de bens sociais como moradia, renda, saúde, suporte social que garantam condições equânimes de estudos domiciliares.

O reflexo disso no contexto dos cursos de graduação em terapia ocupacional ganha outras peculiaridades. A ampliação da oferta de cursos de graduação, a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI¹, modificou significativamente o perfil de egressos, considerando o acesso das classes mais pobres ao espaço universitário. A pesquisa coordenada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), traçou, em nível nacional, o perfil socioeconômico e cultural dos egressos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O estudo revela uma mudança gradual do perfil da classe média e alta para a inserção das classes mais pobres e periféricas. A implementação do REUNI e as mudanças decorrentes do perfil do alunado expressam questões históricas sobre os direitos e condições da população brasileira alijada do acesso ao ensino superior (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, 2018). Esse fato pode ser entendido pela estratificação social no Brasil, que historicamente se apoia em marcadores sociais da diferença (Zamboni, 2014), como raça, escolaridade, gênero, localidade, entre outros, que demarcam iniquidade de acesso e uso de bens e serviços, ampliando o foco de desigualdade social no Brasil. Este cenário se apresenta, por exemplo em contextos de crise como a pandemia COVID-19, enquanto uma barreira estrutural para que estudantes realizem atividades acadêmicas a distância (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2020).

¹ Surge com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (Brasil, 2007).

Ademais, desde a sua institucionalização na metade do século XX, a terapia ocupacional brasileira se estabeleceu como uma profissão de mulheres, portanto, docentes e discentes compõem majoritariamente esse grupo de gênero. Em um contexto histórico estruturado pelo patriarcalismo e machismo, as mulheres ainda são as principais responsáveis e responsabilizadas pelos cuidados com o lar e de familiares (filhos, pais, avós, irmãos etc.), que as expõem em duplas jornadas de atividades.

Diante desse novo contexto, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) vem se posicionando na tentativa de mobilizar a classe para o debate amplo e profundo sobre a realidade do ensino e da pesquisa na área. Inicialmente, por meio de uma Nota Pública em suas redes sociais, publicada no dia 24 de março de 2020, e seguida com um artigo inspirado nos moldes de uma 'Declaração de Posicionamento' na Revista Brasileira Interinstitucional de Terapia Ocupacional - REVISBRATO, publicado em 31 de maio de 2020 (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional et al., 2020).

Soma-se a isso, um movimento iniciado por membros da diretoria ampliada (Gestão 2018-2020), apoiado pela diretoria nuclear, problematizando as diferentes formas do ordenamento e condução das atividades acadêmicas. Com o intuito de reunir elementos e compartilhá-los em âmbito nacional, foi realizado, em um primeiro momento, um levantamento junto às coordenações de curso de graduação, a fim de compreender as realidades locais e identificar as estratégias exploradas, sobretudo, as digitais. Na sequência, sistematizamos e analisamos as respostas que aqui apresentaremos.

2. Breve panorama da situação dos cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil

Em abril de 2020, a RENETO organizou um levantamento por meio de um *Formulário Google®*, enviado por *e-mail* às coordenações dos 37 cursos de graduação em terapia ocupacional do Brasil. O “*Questionário sobre a situação dos cursos de terapia ocupacional em relação às atividades e disciplinas por meios digitais*” foi elaborado com a finalidade de organizar informações iniciais e indicativos sobre a situação dos cursos perante à pandemia atual, além de possibilitar a construção de estratégias coletivas no âmbito da formação profissional neste contexto.

O questionário foi composto por 13 questões ordenadas em duas seções, sendo a primeira dirigida a todos os cursos e a segunda destinada apenas aos cursos com oferta de disciplinas remotas e digitais. Na primeira seção, foram disponibilizadas 12 perguntas, sendo 10 abertas e duas fechadas que abordaram de forma sequencial: (1) nome do/a coordenador/a, identificação e dados do curso; (2) o posicionamento da IES e do curso de terapia ocupacional em relação à portaria nº343 do MEC; (3) o oferecimento de disciplinas e atividades virtuais pelas instituições; (4) considerações sobre as condições sócio-familiares-econômicas dos estudantes de terapia ocupacional da IES correspondente; e (5) o acesso (ou não) dos estudantes às tecnologias digitais para desenvolvimento dos conteúdos.

Dos 37 cursos que foram consultados, até o final de maio de 2020, houve o retorno de 15 coordenações, ou seja, 40,5% dos cursos de graduação em terapia ocupacional correspondentes, como demonstra o quadro 1. Dentre estes, dez cursos estão alocados em instituições públicas de ensino superior (66,7%), sendo oito em instituições federais de ensino superior e dois em instituições públicas estaduais de ensino superior; e cinco cursos em instituições privadas de ensino (33,3%).

Quadro 1 - Cursos de terapia ocupacional que responderam ao levantamento da RENETO em abril de 2020.

	Instituição de Ensino Superior	Categoria Administrativa	UF	Distribuição por Região Brasileira
01	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Pública Federal	PR	Região Sul
02	Universidade Franciscana (UFN)	Privada	RS	Região Sul
03	Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	Pública Federal	RJ	Região Sudeste
04	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Pública Federal	ES	Região Sudeste
05	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Pública Federal	MG	Região Sudeste
06	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Pública Federal	SP	Região Sudeste
07	Universidade de Sorocaba (Uniso)	Privada	SP	Região Sudeste
08	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Pública Estadual	SP	Região Sudeste
09	Centro Universitário Saúde ABC	Privada	SP	Região Sudeste
10	Universidade de São Paulo (USP/RP)	Pública Estadual	SP	Região Sudeste
11	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pública Federal	RJ	Região Sudeste
12	Centro Universitário Aparício Carvalho (FIMCA)	Privada	RO	Região Norte
13	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Pública Federal	PA	Região Norte
14	Centro Universitário UniFacid	Privada	PI	Região Nordeste
15	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pública Federal	PB	Região Nordeste

A maioria das IES respondentes foram do estado de São Paulo (SP). E, de acordo com as respostas enviadas, oito instituições públicas de ensino superior (IFRJ, UFES, UFPR, UFTM, UNIFESP, UFPA, UFRJ e UNESP) manifestaram-se contrárias às orientações de aulas remotas e virtuais, sendo que três destas (UNIFESP, UNESP e UFPA) relataram ter ocorrido a suspensão do calendário acadêmico vigente. Entretanto, seis instituições (UFN, FIMCA, UNISO, Centro Universitário ABC, UniFacid e USP/RP) iniciaram as aulas por meio das plataformas digitais, considerando a excepcionalidade da conjuntura enfrentada. Ainda, a coordenadora da UFPB informou que até o momento não havia um posicionamento do curso e que estavam em processo de discussão.

Nota-se que se reflete nos cursos de graduação em terapia ocupacional o que houve no cenário nacional em relação à adoção ou não das aulas remotas, uma vez que, a maioria das instituições públicas, quando da publicização da portaria, manifestou-se contrária às orientações de aulas remotas. Já as instituições privadas de ensino superior, que responderam ao questionário, aderiram em sua totalidade ao formato proposto pelo MEC. Os cursos que relataram estarem desenvolvendo aulas por meio de plataformas digitais, caracterizam-nas como atividades pedagógicas relacionadas às disciplinas teóricas, principalmente através do *Moodle*®, ferramentas do *Google*® e através do *software Zoom*®. Sobre as IES que suspenderam o semestre letivo, as coordenações apresentam que não se trata de um cancelamento do semestre, mas sim uma suspensão com posterior criação de um calendário de reposição no retorno das atividades presenciais.

É possível notar, a partir de algumas respostas discursivas, que docentes das instituições públicas têm presenciado discussões ampliadas e se colocado no debate sobre as propostas de atividades e aulas remotas, ressaltando a importância da participação de docentes na formulação das estratégias que estão sendo criadas, como o acompanhamento de estudantes, criação de comissão de acompanhamento docente, discussões de ações de extensão universitária, mapeamento de estudantes em relação ao acesso às tecnologias digitais e condições socioeconômicas familiares, oportunizando, assim, maiores reflexões sobre as possibilidades da profissão perante o contexto da pandemia. Já para docentes das instituições privadas há uma maior preocupação com o repasse dos conteúdos curriculares, e com isso já estão operando tecnologias e plataformas virtuais para o ensino,

em particular às disciplinas com carga horária teórica. Segundo as respostas destas instituições, capacitações para docentes e adequações ao ensino virtual estão sendo ofertadas por seus dirigentes, e disponibilizando laboratórios de informática para estudantes sem acesso aos computadores, elaboração de manuais e apoio dos núcleos de informática.

De acordo com o cenário apresentado das instituições privadas, não fica muito evidente a leitura sobre a preocupação do avanço do ensino a distância e das problemáticas econômico-sociais de estudantes no acesso e uso das tecnologias. Isso não quer dizer que estes docentes estejam alheios às problemáticas já destacadas. Devemos considerar, que diferente das instituições públicas, as privadas precisam responder diretamente à manutenção de vagas dos cursos, o que está atrelado ao balizamento financeiro de mercado de existência destas instituições. Com isso, não queremos dicotomizar as dimensões público-privado, e apartá-las do debate mais amplo, reforçando a visão dos modelos mercantis da educação superior, porém, compreendemos que a ausência desta leitura significa uma fragilidade que docentes de instituições privadas vivenciam, uma vez que estão sob outras lógicas de empregabilidade e de modelos educacionais. A fragilidade dos vínculos de trabalho e a conjuntura maior sobre a educação superior como bem público de direito, interpela sobremaneira a realidade destes cursos.

Contudo, seja no âmbito das universidades públicas como no das privadas, há o consenso e a preocupação em torno das atividades relacionadas às disciplinas práticas. Em ambos os contextos há a previsão de que ocorram no retorno das atividades presenciais, entretanto, em algumas universidades, diante do avanço da pandemia, já se coloca o debate sobre a consideração de atividades remotas no bojo das atividades práticas, em especial como decorrência da Resolução do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, em relação à liberação temporária da “Teleconsulta” (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2020).

Dentre os cursos que optaram por não ministrar aulas por meios remotos e digitais, incluindo IES que suspenderam o calendário acadêmico, as coordenações – consensualmente - apresentam a necessidade de manter a vinculação e conectividade com estudantes, principalmente, por meio de atividades de acolhimento, apoio e orientação. Tal situação possibilitou aos cursos a proposição de atividades não obrigatórias e eletivas (como unidades curriculares optativas ou disciplinas complementares de graduação) com

temáticas voltadas ao impacto no cotidiano ante o contexto de crise humanitária e saúde mental dos profissionais da saúde, por exemplo.

Discutiu-se, ainda, as possibilidades desse momento para a criação de estratégias de aprendizagem diante de situações emergenciais, inclusive com ofertas de recursos tecnológicos como apoio aos próprios trabalhadores da universidade, como também a outros grupos da comunidade.

Uma grande preocupação, que também foi consensual entre as coordenações das IES, está voltada ao perfil sócio-familiar-econômico de estudantes de graduação e o favorecimento/impedimento dessa situação para participação nas atividades remotas. Quatro coordenações (UNESP, UFPA, Centro Universitário Saúde ABC e USP-RP) responderam que não possuem esses dados sistematizados pelo curso e/ou universidade, e que reconhecem as situações de vulnerabilidade do corpo discente através de seus contatos mais pessoais e referências informais. A coordenação da UniFacid não respondeu essa questão e os demais cursos sinalizaram acesso a essas informações muitas vezes por meio de levantamentos realizados pelas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis ou similares dentro das instituições.

Dentre estes, quatro cursos (FIMCA, UNISO, UNIFESP e UFPB) apresentaram em maior detalhe o perfil socioeconômico de estudantes, sendo duas instituições de ensino superior privadas e duas públicas. A FIMCA apresentou 90% de estudantes como bolsistas e a UNISO sinalizou que 50% de estudantes são também trabalhadores(as) e os/as demais participam de programas de bolsas externos e da universidade. A coordenação da Unifesp relatou que, dentre as diversas informações sobre as condições de vida familiar de estudantes da universidade identificadas a partir de um levantamento institucional (condições de moradia, de acesso à saneamento básico, acesso à água potável, de sono e de estudos), considerou bastante significativa a situação da renda familiar no contexto da pandemia: dentre estudantes respondentes, 48% referem perda de rendimento familiar de até 50%; 11% afirmaram que houve queda de renda familiar de mais de 50%; e, ainda, 2% relatam que a família ficou sem nenhuma renda com a pandemia. À exemplo, a coordenadora da UFPB apresentou maiores informações sobre os dados socioeconômicos de estudantes e apontou que 47% possuem renda familiar de zero a dois salários mínimos.

Esses dados corroboram com a discussão feita anteriormente acerca do perfil sócio-familiar-econômico dos estudantes dos IES, demonstrando que nas instituições privadas que responderam ao questionário apontam que o acesso ao ensino superior também se dá em sua maioria pelas classes sociais mais baixas, que se inserem por meio de políticas afirmativas do ensino superior privado, tais como o Prouni² e o Fies³, demonstrando e confirmando os processos de estratificação social os quais impõe desafios para o ensino superior como um todo, agudizados em tempos de pandemia.

Quando perguntado se a coordenação de curso verificou se a totalidade dos estudantes possui acesso às tecnologias digitais, especialmente celular, computador e *internet*, apenas a coordenadora da UFPB respondeu que não disponibilizava no momento de dados concretos, pois o curso estava realizando uma pesquisa. As demais coordenações informaram que foi realizada uma análise da situação e verificou-se que nem todos estudantes possuem acesso a essas tecnologias e possibilidades reais para desenvolverem atividades virtuais.

As instituições privadas apontaram um índice maior de estudantes com acesso à *internet*, sendo considerado acima de 90%. Essas instituições também apontaram a disponibilização de agendamentos em laboratórios de informática para estudantes que não possuem acesso à *internet* com qualidade, além de gravações das aulas virtuais; capacitações, tanto para docentes quanto para estudantes, sobre o uso das ferramentas digitais na aprendizagem; e suporte dos núcleos de informática.

Das instituições públicas, as coordenações apontam que a maioria dos estudantes manifestou terem acesso às tecnologias digitais, porém não na sua totalidade. Salientam que muitos estudantes não responderam à coordenação de curso, sinalizando uma maior possibilidade de não acesso. Indicam ainda, um número importante de estudantes com dificuldade de acesso aos equipamentos e/ou que residem em regiões sem acesso à *internet*, principalmente na região norte do país.

Sobre as respostas em relação ao acesso à *internet*, podemos inferir e trazer para o debate a importância de considerar outras questões que envolvem as atividades remotas. O

² Trata-se do Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Mais informações estão disponíveis no site: <http://siteprouni.mec.gov.br/>

³ É um programa de financiamento para estudantes de universidades privadas. Mais informações: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>

acesso talvez seja o ponto de partida, porém, “apenas” o acesso não garante a aprendizagem efetiva. É essencial considerar as diversas precarizações e vulnerabilidades sociais que se sobrepõem às questões tecnológicas. Por exemplo, para além da capacidade e velocidade da *internet*, deve-se considerar o tipo de tecnologias (computador, celular, *tablet*), o seu tempo de uso, a compreensão e manuseio dos seus componentes e interfaces, os componentes e habilidades necessárias para o desempenho no uso das tecnologias e atividades em meio virtual, em especial a atenção à estudantes com deficiência, e o ambiente, que se espera adequado, com certo isolamento e silêncio que permita a concentração. Ainda, há que se considerar a situação familiar, a renda para as necessidades mais básicas, jornadas de trabalho e/ou de cuidado com o lar, entre outros.

3. Consider-Ações em prol da educação graduada de qualidade em terapia ocupacional em meio à pandemia

Mesmo não sendo possível ainda mensurar com precisão o alcance e a proporção dessa crise no âmbito econômico, os dados epidemiológicos e modelos matemáticos que estudam o comportamento da pandemia COVID-19 apontam para a necessidade de adaptação à uma nova realidade social, que permanecerá, segundo as suas projeções, até 2022, ou até que a população global tenha adquirido imunidade por meio de uma vacinação em massa (Mellan et al., 2020; Walker et al., 2020).

Diante destas projeções tão incertas sobre a pandemia por COVID-19 e, ao mesmo tempo, acompanhadas pelo acirramento das disputas sobre uma educação mercantilizada e não como direito (Pereira, 2009), está colocada a necessidade de ampliação de debates acerca de como as universidades públicas brasileiras, em sua pluralidade de contextos, possibilidades e limites, construirão caminhos que efetivem o acesso e a permanência ao/no ensino superior público e gratuito de qualidade para todos e todas.

Sobre as escolas de formação em terapia ocupacional também recai o desafio de discutir os impactos do contexto atual nos currículos, nas estratégias pedagógicas, nos cenários de práticas e nas demais dimensões da formação e da docência.

Diante da breve situação apresentada pelas IES que compartilharam com a RENETO suas situações e preocupações, é possível refletirmos sobre o contexto atual e os impactos na

formação profissional de terapeutas ocupacionais, bem como as possibilidades de mobilização que a categoria docente como um todo possa se envolver.

A questão que se coloca, a qual ainda não temos uma resposta evidente, é: “como responder às demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária baseadas em nossas reais condições de existência em um contexto de pandemia e crise sócio-sanitária?”. E mais, “como iremos lidar com a incorporação gradual, ou imediata, das tecnologias de acesso virtual e trabalho remoto, sem que isso reproduza o acirramento das desigualdades socioeconômica de acesso e participação?”.

De fato, não há uma resposta, ou respostas *a priori*. No entanto, podemos aventar algumas pistas sobre um conjunto de problemáticas que precisam ser consideradas e refletidas no uso das tecnologias como uma ferramenta de trabalho docente, entre estas problemáticas, destacamos quatro dimensões:

1. as condições possíveis de acesso aos recursos tecnológicos e o domínio dessa linguagem para o favorecimento dos processos de ensino e aprendizagem do corpo docente. Soma-se a isso as condições mais singulares que devem estar no espectro das preocupações de docentes, inclusive por sermos terapeutas ocupacionais, as condições de estudantes decorrentes de questões que envolvam a vulnerabilidade social, deficiências ou questões territoriais que dificultem o acesso, por exemplo, de quem mora em áreas rurais.

2. as condições possíveis de uso e manejo dos recursos tecnológicos para práticas pedagógicas pelo corpo docente. Ou seja, mesmo havendo o acesso a equipamentos e *internet*, isso não garante que estejam aptos ao manuseio eficaz e completo das ferramentas digitais;

3. os limites da “substituição” das atividades presenciais pelas atividades remotas em termos do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que está fundamentalmente calcado na interação, no processo dialógico presencial entre professores e estudantes e destes entre si (Freire, 2005, 2011). A fim de compreender que o ensino presencial não é tão somente para garantir o ensino e aprendizagem, mas sim, por favorecer outras competências referentes às as relações interpessoais, sociabilidades, convivência etc.

4. os interesses financeiros que estão em disputa pela adesão ou não das IES ao ensino à distância, por parte de grupos e fundações que mercantilizam a educação

nacional e internacionalmente, que aos poucos vão fortalecendo uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado, descaracterizando a educação enquanto bem público de direito social (Cara, 2020).

Assim, para construirmos alguma narrativa argumentativa que possa se atentar para novos modelos que aproximem mais a comunidade acadêmica dos recursos tecnológicos e suas mídias digitais, cabe, ainda, uma mobilização que integre diferentes frentes de trabalho, que envolva toda a comunidade acadêmica e que convoque docentes terapeutas ocupacionais a colaborarem.

Nesse sentido, faz-se necessário requerer junto a diferentes órgãos, no interior das próprias universidades e fora delas, a necessidade de investimento financeiro para a aquisição de equipamentos tecnológicos, em um primeiro plano, para estudantes. Além das aquisições, as universidades precisariam estabelecer parcerias com empresas de telecomunicação para a distribuição de *internet* a fim de minimizar essas desigualdades pelo não acesso à *internet* de parte dos estudantes em seus domicílios.

No entanto, temos que nos atentar para os riscos implicados em ações como essas e as contradições inerentes, pois isso também compreende uma certa financeirização das demandas educacionais das universidades. Cria-se então nichos de mercado, empresas especializadas, assessores etc. Neste processo, o Estado também se distancia do compromisso e passa a agir somente como um “facilitador” da inserção do privado no público.

Outra problemática se encontra no manejo e na apropriação das plataformas e das ferramentas digitais, cabendo dialogar e formular junto a seus colegiados, departamentos e universidades a oferta de formações específicas que instrumentalizem o corpo docente para um uso mais eficaz e contundente dos ambientes virtuais nos processos de ensino-aprendizagem. Como nos aponta a nota pública da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a modalidade de Educação a Distância (EAD) também exige currículos, didática e condições que não são de domínio ou não estão à disposição de todos e todas. Ainda segundo a nota, é muito empobrecedor reduzir essa modalidade de educação à adaptação de atividades no formato *online* e a uma desqualificação da própria modalidade e da docência (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2020).

A pandemia da COVID-19 atribui para a comunidade acadêmica a responsabilidade de inovação e de projetar soluções que auxiliem o enfrentamento dessa realidade na saúde e nas diferentes esferas sociais. Nos últimos anos, os investimentos em ciência e tecnologia sofreram grandes cortes pelas agências públicas nacionais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, reduzindo bolsas de estudo e produtividade, encerrando editais de pesquisas, entre outras perdas que sinalizam a necessidade de um debate mais profundo acerca do impacto econômico e social desse custeio, valendo-nos (ou se) no atual momento do entendimento de investimento necessário para soluções práticas de combate dessa pandemia.

Além disso, percebe-se que nos últimos anos, com a reorganização das forças políticas e sociais conservadoras, o desmonte das políticas públicas tem se intensificado, e que essa situação reverbera diretamente em estudantes (e suas famílias) que estão nas instituições de ensino superior tanto públicas quanto privadas. Por isso, além das dificuldades de acesso ou não às tecnologias virtuais, compreender a dimensão social da pandemia e a forma como a situação escancara a extrema desigualdade do país e a vulnerabilidade da população mais pobre é mais do que necessário. Do mesmo modo, é preciso ser discutida, na e pela comunidade acadêmica, a elaboração e intensificação das estratégias de assistência estudantil, bem como aproximar o diálogo com as políticas de assistência social.

Vale destacar também que a maioria dos cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil possui ações no âmbito da extensão universitária em diversos territórios para além das universidades, com diferentes populações e problemáticas muitas vezes negligenciadas pelo poder público. Essas ações devem ser igualmente valorizadas, pois realizam o contato direto com as populações locais através de ações sociais, educativas, culturais, entre outras, buscando equalizar condições de acesso à rede assistencial, equipamentos e serviços importantes para o desenvolvimento social da população.

Apesar de vivenciarmos atualmente uma situação inédita com a pandemia, muitas dessas problemáticas já são conhecidas e enfrentadas há diversos anos nas universidades, tornando-se um desafio a busca de estratégias válidas e interlocuções em diferentes setores, como agências de fomento, instituições, parlamentares etc.

As reflexões propostas ao longo desse debate orientam para alguns caminhos possíveis, principalmente na apropriação e familiarização com os ambientes virtuais e seus recursos

disponíveis. De igual modo, nos convocam ao debate e à avaliação permanentes sobre como as universidades brasileiras se posicionam perante os diferentes projetos para a Educação (básica e superior) em disputa na agenda neoliberal.

Portanto, cabe aos docentes e pesquisadores de terapia ocupacional as tarefas de articulações institucionais e políticas para a mobilização e reivindicação de melhores condições de trabalho e de aprendizagem para seus estudantes; de investimento necessário e adequado para a pesquisa e inovação da área; e de valorização das ações que se encontram em desenvolvimento e auxiliam no combate à pandemia.

Por fim, mas sem encerrar a discussão, a RENETO se posiciona na defesa e a favor do ensino e pesquisa em terapia ocupacional, resguardando a manutenção das políticas públicas que auxiliem o enfrentamento das problemáticas de saúde e sociais que enfrentaremos nessas circunstâncias atuais.

Referências

- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior - ANDIFES. (2018). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES. Uberlândia. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconômico-dos-Estudantes-de-Graduação-das-Universidades-Federais-1.pdf>
- Anped, A. N. de P.-G. e P. em E. (2020). Manifestação contrária à Portaria 343/2020 – MEC. Rio de Janeiro. Recuperado em 15 de maio de 2020, de http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/manifestacao_anped_contra_343_final.pdf
- Brasil, Ministério da Educação - MEC. (2007). REUNI - reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília. <https://doi.org/10.3895/s1808-04482008000300011>
- Brasil, Ministério da Educação - MEC. (2020). Portaria nº343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação da pandemia do Novo Coronavírus - COVID 19.. Brasil. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>
- Cara, D. (2020). A educação na pandemia de COVID-19. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-na-pandemia-de-COVID-19-por-daniel-cara/>.
- Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO. (2020). Resolução Nº 516, DE 20 DE MARÇO DE 2020 – Teleconsulta, Telemonitoramento e Teleconsultoria. (2020). Brasil. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=15825>

- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lichotti, C. (2020). *Em 37 dias vírus mata mais que bala e trânsito em um ano*. Revista Piauí. Recuperado em 30 de abril de 2020, de <https://piaui.folha.uol.com.br/em-35-dias-virus-mata-mais-que-bala-e-transito-em-um-ano/>
- Mellan, T. A., Hoeltgebaum, H. H., Swapnil, M., Whittaker, C., Schnekenberg, R. P., Gandy, A., ... Bhatt, S. (2020). Report 21 - Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/COVID-19/report-21-brazil/>
- Pereira, L. D. (2009). Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *Revista Katálysis*, 12(2), 268–277. <https://doi.org/10.1590/s1414-49802009000200017>
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional - RENETO, Borba, P. L. de O., Barreiro, R. G., Vasters, G. P., Correia, R. L., & Cid, M. F. B. (2020). Posicionamento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO frente a pandemia da Covid-19. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 290–294. Recuperado em 17 de maio de 2020, de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/34485/pdf>
- Soares, I. (2020). COVID-19: Instagram coloca alerta de fake news em postagens de Bolsonaro. Recuperado em 15 de maio de 2020, de https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/12/interna_politica,853925/covid-19-instagram-coloca-alerta-de-fake-news-em-postagem-de-bolsonar.shtml
- Walker, P. G., Whittaker, C., Oliver, W., Marc, B., Ainslie, C, K. E., Sangeeta, B., ... Ghani, A. C. (2020). Report 12 - The global impact of COVID-19 and strategies for mitigation and suppression. Imperial College London. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/covid-19/report-12-global-impact-covid-19/>
- Zamboni, M. (2014). Marcos sociais. *Sociologia Especial*, 1, 13–18. Recuperado em 15 de maio de 2020, de https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf.

Nome do arquivo: 2790-14131-1-ED_COVID.docx
Diretório: /Users/ricardolopescorreia/Library/Containers/com.microsoft.
Word/Data/Documents
Modelo: /Users/ricardolopescorreia/Library/Group
Containers/UBF8T346G9.Office/User
Content.localized/Templates.localized/Normal.dotm
Título:
Assunto:
Autor: Patricia Borba
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 16/06/2020 11:12:00
Número de alterações: 2
Última gravação: 16/06/2020 11:12:00
Salvo por: Ricardo Lopes Correia
Tempo total de edição: 0 Minutos
Última impressão: 16/06/2020 11:12:00
Como a última impressão
Número de páginas: 16
Número de palavras: 5.568
Número de caracteres: 61.893 (aprox.)